

Possibilidades de reprodução natural nas escravarias de Piranga oitocentista

Guilherme Augusto do Nascimento e Silva
Doutorando em História – UFMG
Orientador: Douglas Cole Libby

Resumo: Neste artigo, imbricamos na tentativa de melhor entender e contribuir para a discussão do chamado “enigma mineiro”. Tendo como recorte espacial a Freguesia de Guarapiranga e posterior Vila de Piranga, a partir dos dados obtidos na Lista Nominativa de 1831/32 e em inventários *post-mortem* da segunda metade do Oitocentos, analisamos variáveis como a idade dos escravos, a razão criança/mulher e discutimos a questão da reprodução natural das escravarias, aventando a possibilidade de ter existido crescimento vegetativo da população escrava piranguense, ajudando na manutenção do escravismo antes e após o fim do tráfico internacional.

Palavras-chave: Escravidão; Reprodução Natural; Demografia Histórica; Piranga.

Eixo temático: 1. História Econômica e Demografia Histórica

Introdução

Investigaremos, neste artigo, as características demográficas relativas à idade dos escravos da região de Piranga oitocentista (Freguesia e Vila) antes e depois do fim do tráfico atlântico. Nossas fontes serão os distritos da região de Piranga presentes na Lista Nominativa de 1831/32¹ e os inventários *post-mortem*, em uma análise comparativa das fontes para dois períodos diferentes do século. Do total de 271 inventários pesquisados, para o período que vai de 1850 a 1888, três estão arquivados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). Os 268 restantes foram consultados no Arquivo do Fórum de Piranga (AFP), sendo 215 de proprietários de escravos e 53 de não-proprietários. Os últimos, portanto, ficaram fora da nossa análise. Assim sendo, criamos um banco de dados com 218 autos, que juntos somaram 2270 escravos inventariados.

Desproporção entre os sexos, baixa expectativa de vida, altos índices de mortalidade infantil e uma grande taxa de alforrias eram os principais fatores de diminuição das escravarias no Oitocentos. Por outro lado, o tráfico transatlântico vigente até 1850 e o subsequente tráfico interno eram os principais provedores de escravos das lavouras brasileiras. O crescimento via reprodução natural ainda gera calorosos debates no meio acadêmico, e o cenário mineiro é um dos seus principais palcos.² Tentaremos, no decorrer deste trabalho, contribuir de alguma forma ao debate com os dados coletados na documentação piranguense.

Não se insere no âmbito deste artigo fazer uma discussão aprofundada da questão do tráfico de cativos africanos a Piranga, até porque não possuímos documentação para tal análise. Todavia, devemos considerar a inegável influência desta prática para o crescimento e manutenção das escravarias brasileiras e mineiras. Vale lembrar que, como sugerido acima, ainda está em aberto um amplo debate acerca dos papéis e dos graus de importância dos dois modos de manutenção do sistema em Minas no século XIX: importação e reprodução natural.

Clotilde Paiva e Douglas Libby acreditam na conjugação das duas tendências demográficas para explicarem o fenômeno de Minas como maior província escravista do Império brasileiro.³ Em estudo sobre o tráfico negreiro para as Minas Gerais, tendo como base os registros eclesiásticos de batismo, Libby argumenta que a partir de meados da década de 1830 houve uma queda brusca nos batismos de africanos novos,

¹ Lista Nominativa de 1831/32. Consultada a partir da base de dados organizada pela equipe da professora Clotilde Paiva – CEDEPLAR/UFMG. Disponível em: www.poplin.cedeplar.ufmg.br.

² Cf.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 167-202. PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago 1995. LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escravista nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 457-479. CANO, W.; LUNA, F. V. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – Uma Hipótese. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 499-509. BOTELHO, T. R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994. TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 2001.

³ PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX...

demonstrando uma tendência à consolidação dos padrões de reprodução natural, em um crescente processo de *crioulização* das escravarias.⁴

Nos dados encontrados na Lista Nominativa para a Freguesia de Guarapiranga, 1513 escravos da nossa região estão incluídos na categoria *africano/preto*,⁵ perfazendo 37% do total. Deste modo, conseguimos entender o peso dessa categoria no total da população escrava piranguense.

Segundo Douglas Libby, as décadas de 1810 e 1820 testemunharam um grande aumento no volume do tráfico para a província, segundo os assentos de batismos de adultos africanos. Esta tendência teria uma queda sensível em meados da década de 1830, sugerindo um colapso do tráfico para as Minas, possivelmente em decorrência da consolidação de padrões de reprodução natural, como dito anteriormente.⁶ João Fragoso e Roberto Guedes também sugerem, a partir da análise dos despachos de escravos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte, que Minas se configurou como principal destino dos escravos oriundos do porto carioca na década de 1820. Entre 1819 e 1833, período total de abrangência da documentação, a província mineira absorveu 38,3% dos cativos novos e ladinos despachados.⁷

Em consonância com o explicitado, a pequena participação de africanos na nossa amostra é significativa. Acreditamos que a tendência à *crioulização* das escravarias, processo sugerido por Libby como inibidor do tráfico em Minas, é anterior à década de 1830 no caso piranguense. Desta forma, a porcentagem de africanos em Guarapiranga, num momento posterior a uma grande entrada de cativos via tráfico na província, poderia indicar que os produtores da região não estavam tão dependentes deste comércio para a manutenção das escravarias – com a possibilidade de se reproduziam naturalmente – precisando recorrer menos intensamente ao mercado para repor a mão de obra necessária ao desenvolvimento da produção.

Desta forma, com base na Lista Nominativa e nos inventários *post-mortem*, ao analisarmos os dados relativos à idade dos escravos, vamos aventar as possibilidades de crescimento positivo da população através da reprodução natural.

Possibilidades de reprodução na primeira metade do Oitocentos

Como indicamos, em relação às formas de crescimento da população escrava em Minas Gerais no século XIX, o debate se liga aos modos pelos quais as escravarias da Capitania/Província teriam se expandido: importação ou reprodução natural. Em *Transformação e Trabalho*, Douglas Libby já indicava que as pesquisas deveriam “procurar aproximar-se da importância de *ambas* as tendências demográficas na composição do contingente mancipio”.⁸ Desta forma, para autores como Paiva e Libby,

⁴ LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escravas nas Minas Gerais..., p. 471.

⁵ Há um consenso de que o termo *preto*, neste momento, provavelmente constituísse uma denominação mineira para escravos africanos, em oposição aos crioulos, nascidos no Brasil. PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX..., p. 218.

⁶ LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escravas nas Minas Gerais..., p. 471.

⁷ FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio R. [et al.]. *História quantitativa e serial no Brasil, um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 247-249.

⁸ LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 61. Grifo no original.

tráfico e reprodução natural não seriam tendências mutuamente excludentes,⁹ como indicavam estudos anteriores.

Em relação a alguns aspectos do debate sobre a economia mineira no século XIX, Roberto Martins afirma que o crescimento da grande população escrava mineira dependeu de elevadas importações via tráfico, levando em conta que, segundo seus cálculos, Minas apresentava taxas negativas de crescimento natural.¹⁰ Entretanto, o autor alega que as características principais da economia mineira eram o isolamento de mercados externos à província, diversificação produtiva e auto-suficiência. Robert Slenes interpela as argumentações de Martins, demonstrando que sem a existência de um setor dinâmico, uma economia provincial com baixo grau de mercantilização não poderia custear as grandes importações de escravos.¹¹

Em importante artigo, Wilson Cano e Francisco Vidal Luna, refletindo sobre o incontestável crescimento da população escrava mineira oitocentista, procuram explicações outras para este processo, que não as apresentadas por Martins.¹² Neste sentido, eles se perguntam de que forma uma economia pouco mercantilizada, com baixa recorrência a mercados exteriores, na qual o setor cafeeiro (mercantilizado) ocupava apenas uma pequena fração dos cativos, poderia ter custeado tão ampla e maciça importação de escravos.

Após levantarem relevantes questionamentos ao trabalho de Martins, no que diz respeito a essa volumosa importação de escravos a Minas, os autores chegam ao ponto central de análise: é possível que a população cativa mineira tenha tido uma taxa positiva de reprodução natural, já que existem dúvidas quanto ao volume do tráfico para a região?

A resposta estaria, em primeiro lugar, na diminuição da taxa de exploração dos escravos após a transição de uma economia mercantil escravista (mineradora), para uma economia de subsistência (produção de alimentos para o mercado interno). Somando-se a isto um maior número de alforrias, Cano e Luna acreditam que esta população poderia reproduzir-se em escala ampliada, por conta destes homens e mulheres possuírem taxas de sobrevivência mais elevadas. Além disso, os autores apontam o “relaxamento dos costumes”, traduzidos em mestiçagem e casamentos, como o segundo grande fator de crescimento demográfico escravo.

Nas notas do primeiro capítulo de seu livro, Douglas Libby afirma, mais de uma vez, que a população cativa de Minas poderia se reproduzir de maneira ampliada, fortalecendo, em certo sentido, as hipóteses de Cano e Luna.¹³ Em relação à nossa localidade, destacamos a presença marcante de escravos brasileiros no início da década de 1830 e a importância dos casamentos na reprodução natural.¹⁴

Destarte, entrando especificamente na questão da reprodução natural escrava, analisaremos alguns dados relativos à idade dos cativos de Piranga. A heterogênea

⁹ Cf.: PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX..., p. 213. LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escravas nas Minas Gerais..., p. 467.

¹⁰ MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), jan-abr, 1983, p. 190.

¹¹ SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, pp. 449-495, set.-dez. 1888.

¹² CANO, W.; LUNA, F. V. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – Uma Hipótese..., p. 499-509.

¹³ LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...*, p. 70.

¹⁴ SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São João Del-Rei, 2014.*

população escrava piranguense, possuía também grande diversificação etária. Na Tabela 1, estão presentes todos os escravos de nossa amostra documental com idade e sexo conhecidos, perfazendo 2051 escravos dos 2270 computados para nossa região entre os anos de 1850 e 1888. Desta forma, teremos como base de análise um conjunto de mais de 90% dos escravos arrolados em nossa pesquisa, constatação que nos deixou satisfeitos, dadas as condições dos inventários e o desleixo de escrivães no momento de descrever os cativos.

Dividimos as informações em três grandes faixas etárias para melhor visualizarmos a composição da escravaria. Pretendemos, desta forma, dar uma visão geral sobre a composição etária dos escravos, de maneira que agregamos as quatro décadas enfocadas. Entretanto, no decorrer da análise, vamos trabalhar detidamente estes dados década a década.

Além disso, fizemos questão de montar uma tabela que apresentasse a origem e o sexo dos escravos, para que se fosse possível obter uma visão mais detalhada destas variáveis em relação à idade.

Idade	Brasileiros		Africanos		Sem Identificação		Total	%
	H	M	H	M	H	M		
0 a 14	381	366	1	0	10	6	764	37,3
15 a 44	338	309	106	22	86	85	946	46,1
Mais de 44	79	61	111	27	40	23	341	16,6
Total	798	736	218	49	136	114	2051	100,0

Fonte: Arquivo do Fórum de Piranga (AFP)/Arquivo Casa Setecentista de Mariana (ACSM), Inventários *post-mortem*.

A Tabela 1 indica a presença maciça de escravos brasileiros no total e a predominância de homens entre os africanos. Entretanto, é necessário salientar a superioridade numérica das crianças brasileiras em relação aos escravos adultos, além da equidade dos sexos em todas as faixas etárias de brasileiros, fatores que convergem à análise da reprodução natural na localidade.

O principal dado da tabela, que nos salta aos olhos ao observá-la, diz respeito à grande quantidade de crianças presentes nas escravarias piranguenses. Nada menos do que 37,3% dos escravos tinham no máximo quatorze anos de idade. Uma quantidade significativa de crianças, se observarmos que estão agregados os dados de escravos brasileiros, africanos e não identificados, sendo que as duas últimas categorias praticamente não possuíam crianças.

É válido, neste ponto, compararmos os dados da segunda metade do Oitocentos com os encontrados para Piranga nas Listas Nominativas. Nos primeiros anos da década de 1830, a distribuição etária da população escrava é distinta, principalmente por conta do alto número de africanos e pela grande predominância de escravos em idade produtiva (Tabela 2).

Idade	Brasileiros		Africanos		Total	%
	H	M	H	M		
0 a 14	460	440	73	29	1002	24,5
15 a 44	685	697	918	244	2544	62,2
Mais de 44	159	134	212	37	542	13,3
Total	1304	1271	1203	310	4088	100,0

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32

Apesar de não ter um número impressionante de cativos africanos em 1831/32, Piranga ainda assim continha uma quantidade substancial de traficados, apontando para uma recorrência pontual ao mercado para suprir a necessidades de braços para a lavoura. Este é um ponto importante para explicarmos a quantidade de escravos em idade produtiva, já que mais de 28% de todos os escravos do período eram africanos entre 15 a 44 anos.

Por outro lado, entre 1850 e 1888, menos da metade dos escravos arrolados (46,1%) se encontravam neste grupo etário (Tabela 1). É possível que estes dados sejam um reflexo da influência do ciclo de vida dos proprietários nas escravarias, que chegavam ao final de suas vidas com uma menor quantidade de escravos produtivos. Neste sentido, cabe salientar que existia, por exemplo, a prática dos senhores dotarem suas filhas com escravos, muitas das vezes em idade produtiva.¹⁵

Outra diferença em relação aos períodos analisados diz respeito à porcentagem de crianças. Em 1831/32, encontramos apenas 24,5% de crianças, cerca de 13% a menos que na segunda metade do século. Novamente, os africanos têm papel fundamental neste ponto, levando à conformação de uma população predominantemente adulta. Contudo, se observarmos somente os escravos brasileiros, chegaremos a um coeficiente de quase 35% de escravos com até 14 anos, revelando uma parcela da população com possibilidades de manutenção natural.

Assim sendo, iniciaremos a análise de diversas pirâmides etárias, relativas aos distintos momentos enfocados em nossa pesquisa. Horácio Gutiérrez, ao estudar a demografia escrava no Paraná, faz uma descrição dos pontos básicos de análise de uma pirâmide etária equilibrada. Neste caso específico, de uma população escrava com todas as características indicativas de crescimento natural positivo. Assim ele descreve:

O perfil das pirâmides imita a forma de um triângulo, o que em populações fechadas indicaria a existência de alta natalidade, alta mortalidade e baixa idade mediana da população. Em segundo lugar, ressalta o equilíbrio entre os sexos que se pode verificar pela extensão das barras das pirâmides em magnitudes similares para cada lado ao nível de cada faixa etária. Ainda uma terceira característica salta à vista: a regularidade dos degraus das pirâmides como se se tratasse de uma população estabilizada, sem fomes, sem epidemias ou importações diferenciais maciças de escravos que se refletiriam em reentrâncias ou saliências em algumas faixas de idade.¹⁶

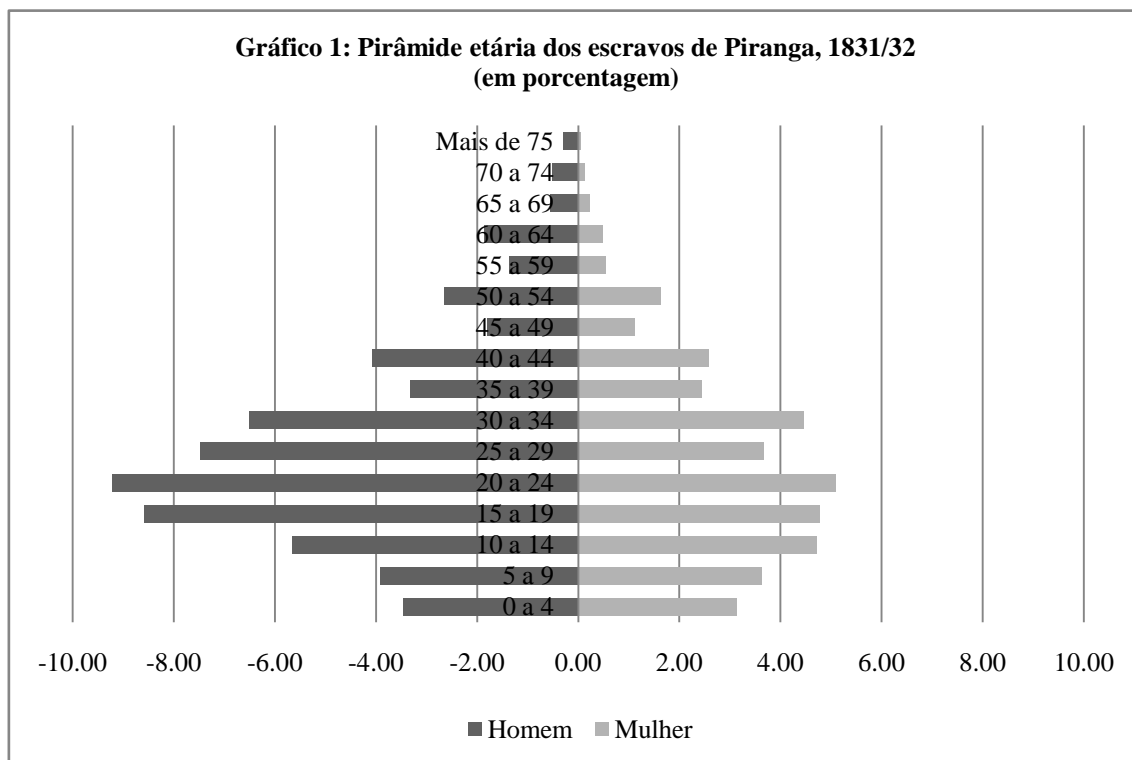
Observando o Gráfico 1, que nos mostra a distribuição etária da população escrava de Piranga em 1831/32, percebemos como os africanos do sexo masculino influenciam esta estrutura e afastam os indicadores de uma população equilibrada. Ganha destaque neste quadro os escravos homens entre 15 e 34 anos, que predominam sobre todos os demais grupos etários, conformando juntos 31,8% desta população.

Neste período, ainda não havia estabilidade sexual da população em geral. Em 1831/32, os homens conformavam 61,3% de todos os escravos. A título de comparação,

¹⁵ Sobre este aspecto, Carlos Bacellar afirma que “o escravo era talvez a forma mais natural, prática e valorizada, dentro dos quadros do sistema, de se apoiar o esforço do filho ou do genro que buscava se estabelecer com sua recém-formada família.” BACELLAR, Carlos A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p. 133. Silvia Brügger, analisando os dotes em São João del Rei, nos informa que no século XIX, cerca de 77% dos dotes eram compostos por escravos, apesar da autora não ter tido a chance de distinguir a presença de escravos em idade produtiva. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e Sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo, Annablume, 2007, p. 178-180.

¹⁶ GUTIÉRREZ, H. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 1987, p. 308.

o Paraná, região com fortes evidências de reprodução natural positiva, possuía 50,8% de escravos homens no ano de 1830.¹⁷ Desta forma, a razão de masculinidade, calculada através das Listas Nominativas, se torna elemento importante para entendermos a conformação das escravarias piranguenses.



Fonte: Listas Nominativas 1831/32.

A Tabela 3, nos informa as razões de sexo dos escravos da região em relação a sete tamanhos de posse. Não há padrão claro entre os diferentes grupos, embora possamos salientar que a menor faixa de posse (1 a 5 escravos) possuía a menor razão de masculinidade (137,7), enquanto que a maior faixa (mais de 30 escravos) se encontrava com a maior razão de masculinidade (223,6). A análise através da estrutura de posse nos indica que todas as faixas, no início da década de 1830, detinham altas concentrações de cativos homens, com ênfase nas escravarias com mais de dezesseis escravos, todas com razão de masculinidade acima da média local.

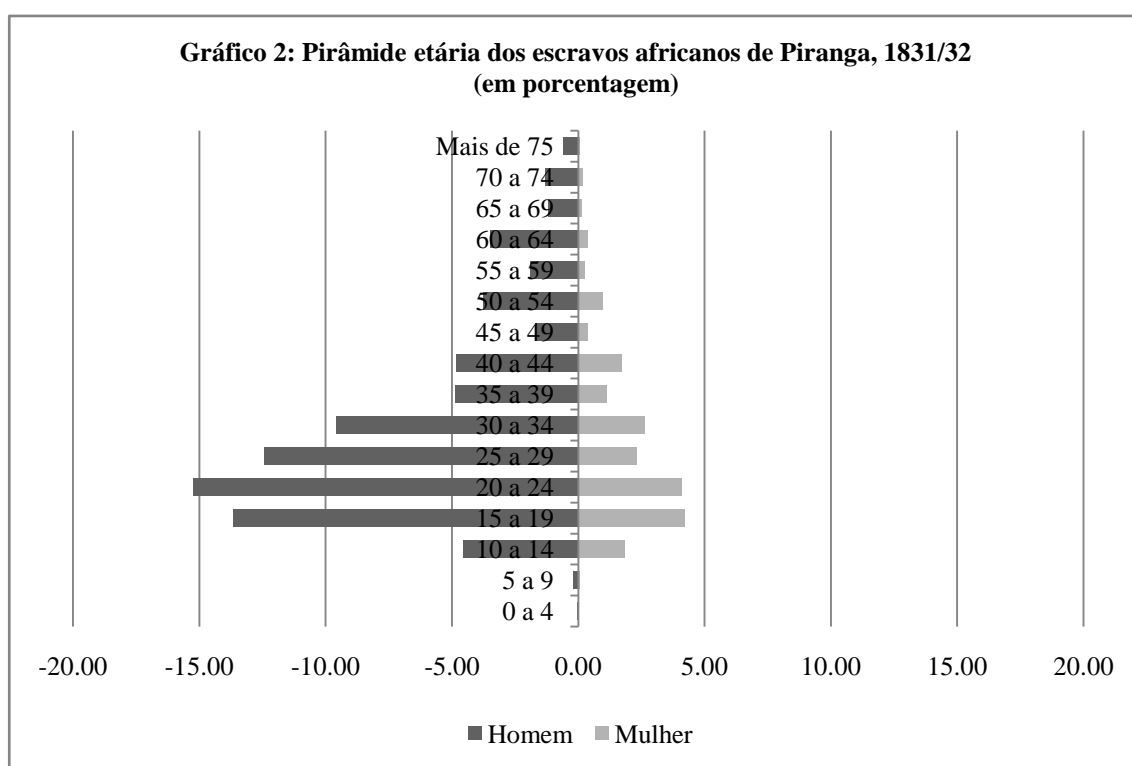
Faixa de Posse	Homens	Mulheres	Total	Razão de masculinidade
1 a 5	584	424	1008	137,7
6 a 10	544	380	924	143,2
11 a 15	382	272	654	140,4
16 a 20	278	165	443	168,5
21 a 25	182	90	272	202,2
26 a 30	92	51	143	180,4
Mais de 30	445	199	644	223,6
Total	2507	1581	4088	158,6

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32.

¹⁷ GUTIÉRREZ, H. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora..., p. 299.

Nesta situação, de grande desequilíbrio sexual, alta quantidade de adultos homens e número pequeno de crianças (apenas 14,1% dos escravos tinham até nove anos), se tornam inviáveis níveis de reprodução que pudessem ampliar o contingente mancipio na localidade (a menos que a entrada de homens adultos fosse interrompida). Desta forma, é necessário acolher a ideia de que na primeira metade do Oitocentos, Piranga ainda possuía conexões estreitas com o mercado de escravos.

Tendo em mente os escravos de origem africana, podemos ter a noção de sua influência na totalidade dos cativos aos visualizarmos sua pirâmide etária específica (Gráfico 2). A reposição de cativos via tráfico estava em seu ponto alto neste período, pois encontramos uma população majoritariamente masculina e em idade plenamente produtiva. Em 1831/32 encontramos 51% da população africana composta de homens entre 15 e 34 anos. Somente a faixa etária entre 20 e 24 anos conformava mais de 15% dos africanos. Estes dados nos ajudam a entender a ainda baixa porcentagem de crianças entre a população mancipia da região no período.



Fonte: Lista Nominativa de 1831/32.

Não obstante, notamos que 48% de todos os africanos da localidade estavam inseridos em plantéis com no máximo dez escravos (Tabela 4), podendo indicar que os pequenos proprietários tivessem que procurar mais frequentemente o mercado de cativos para manter e ampliar suas posses, já que encontravam menores possibilidades manutenção por meio de reprodução natural.¹⁸

Por outro lado, é necessário apontar que este dado se refere à distribuição do total de africanos pelas faixas de posse. Se atentarmos para a porcentagem de africanos dentro de cada faixa, algumas mudanças se apresentam. Como apontado em outro estudo,¹⁹ Piranga possuía 37% de africanos em 1831/32. Os senhores com até dez

¹⁸ Esta hipótese pode ser encontrada em: GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 161-88, 1988.

¹⁹ SILVA, Guilherme A. N. *Os laços da escravidão...*, p. 46-56.

escravos tinham em suas propriedades 37,6% de traficados, nível ligeiramente maior que o da localidade como um todo e que não contribui para a hipótese de que os pequenos senhores recorriam mais ao mercado do que senhores de maiores posses.

Faixa de posse	Africanos	%
1 a 10	726	48
11 a 20	362	24
Mais de 20	425	28
Total	1513	100

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32.

Em contraposição, as posses que variavam entre 11 e 20 escravos, juntamente com as enormes, com mais de quarenta, possuíam respectivamente 33% e 33,4% de africanos em seus quadros. Por estarem relativamente abaixo da média, estes senhores talvez investissem mais em estratégias de manutenção das escravarias por meio da reprodução natural. Por sua vez, o grupo de senhores que possuíam entre 21 e 40 escravos nos surpreendeu, pois foram encontrados 43,1% de africanos em suas propriedades. Estando 7% acima da média local, esta faixa de posse demonstrou estar conectada ao mercado mais do que qualquer outra. É possível que a própria procura por africanos tenha ocasionado a mudança de faixa de posse destes proprietários, que passaram de médias para grandes (Tabela 5).

Faixa de posse	Total de escravos	Africanos	%
1 a 10	1932	726	37,6
11 a 20	1097	362	33,0
21 a 40	733	316	43,1
Mais de 40	326	109	33,4
Total	4088	1513	37,0

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32.

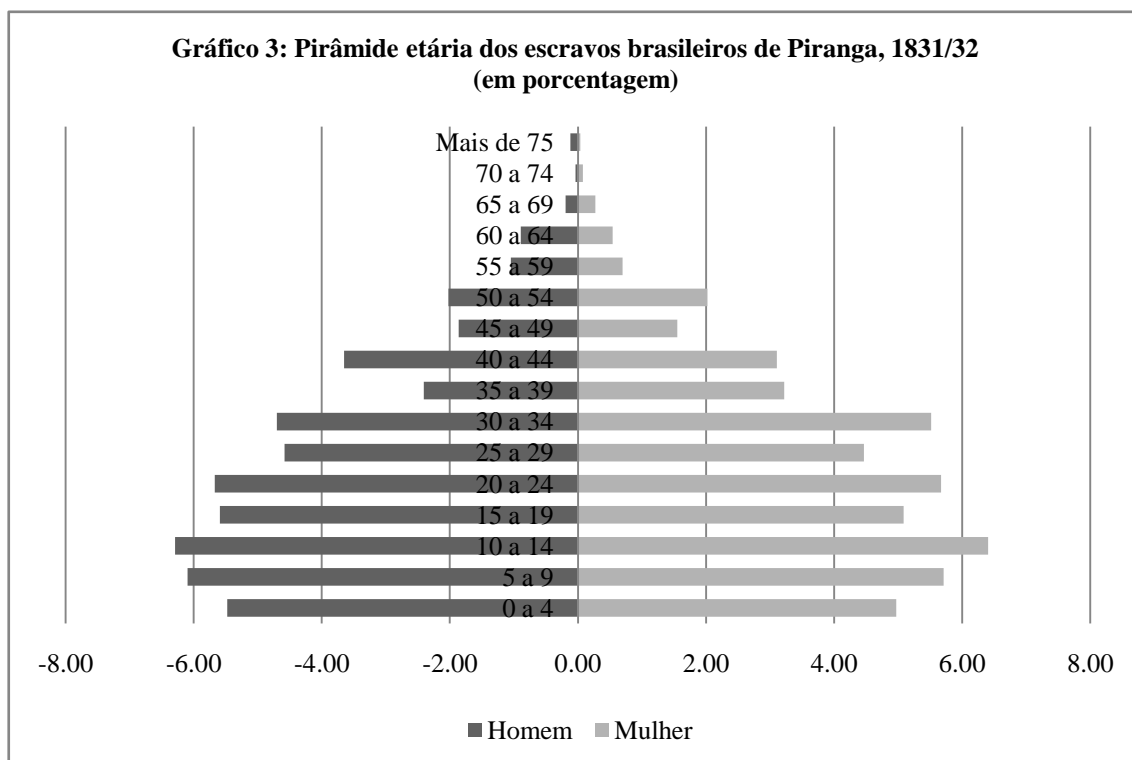
A pirâmide etária que mostra as informações apenas dos escravos brasileiros de Piranga (Gráfico 3), expõe um grupo social que está caminhando para um maior equilíbrio. Apesar de ainda haver um predomínio de adultos, esta mesma camada da população já se encontra parcialmente equilibrada, com o predomínio de mulheres sobre os homens em algumas faixas etárias. Na faixa de 20 a 24 anos, por exemplo, há um equilíbrio perfeito entre os sexos, enquanto que na casa dos 30 anos, o número de mulheres ultrapassa o de homens nas duas faixas de idade.

Na faixa etária das crianças também conseguimos perceber alguns progressos em relação ao total do contingente mancipio. Como foi dito, este grupo alcançou 35% do total de nascidos no Brasil, sendo que 22,3% tinham no máximo nove anos de idade. O equilíbrio entre os sexos é grande (razão de masculinidade 104), chamando nossa atenção o predomínio das mulheres na faixa de 10 a 14 anos, com razão de masculinidade de 98,2.

Como exemplo, podemos citar a escravaria de José da Silva Ribeiro,²⁰ negociante e proprietário pardo, residente no *fogo* número 7 do distrito de Calambau. Aos 55 anos, José era casado com Gertrudes Francisca de Fernandes, mulher branca de

²⁰ Lista Nominativa de Habitantes de 1831/32, Freguesia de Guarapiranga, Distrito de Calambau, Fogo número 7.

38 anos de idade. Não possuíam filhos domiciliados; se o negociante gerou algum filho, este já estava tocando sua vida em outras paragens. Havia também um ferreiro listado no domicílio, o pardo Salvador Pacheco, solteiro de 32 anos. Entretanto, não temos condições de averiguar se o mesmo era livre ou liberto.



Fonte: Listas Nominativas 1831/32.

Caso é que José da Silva Ribeiro era dono de quatorze escravos, sendo oito mulheres e seis homens. Para completar, oito dos escravos eram crianças com no máximo 11 anos. As crianças estavam igualmente divididas no aspecto sexual, quatro para cada lado. Entre os cativos adultos, inversão de tendências: quatro mulheres e dois homens, o mais velho com 42 anos. Apenas dois eram casados, José Africano com Inocência Crioula. Sobre as ocupações destes escravos, não há informações sobre os dois homens, José e João. Por outro lado, todas as mulheres adultas do domicílio (Inocência, Narcisa e Luciana Crioulas e Ana Parda) foram arroladas como fiadeiras.²¹

Este exemplo nos apresenta as possibilidades de reprodução natural existentes em determinadas escravarias. Por um lado, apenas um dos quatorze escravos era africano, demonstrando baixa recorrência ao mercado. Por outro, oito crianças brasileiras, quatro meninos e quatro meninas, compunham mais da metade da escravaria de José da Silva Ribeiro. Encontramos uma propriedade com grande equilíbrio entre os sexos, tendendo para o feminino, alta natalidade e baixa idade média (16,3 anos). É bom ressaltar que são os nascimentos que fazem com que a propriedade passe de uma faixa de posse pequena para uma média, dando a possibilidade do senhor de escravos de manter seus negócios sem a necessidade de recorrer à compra de africanos.²²

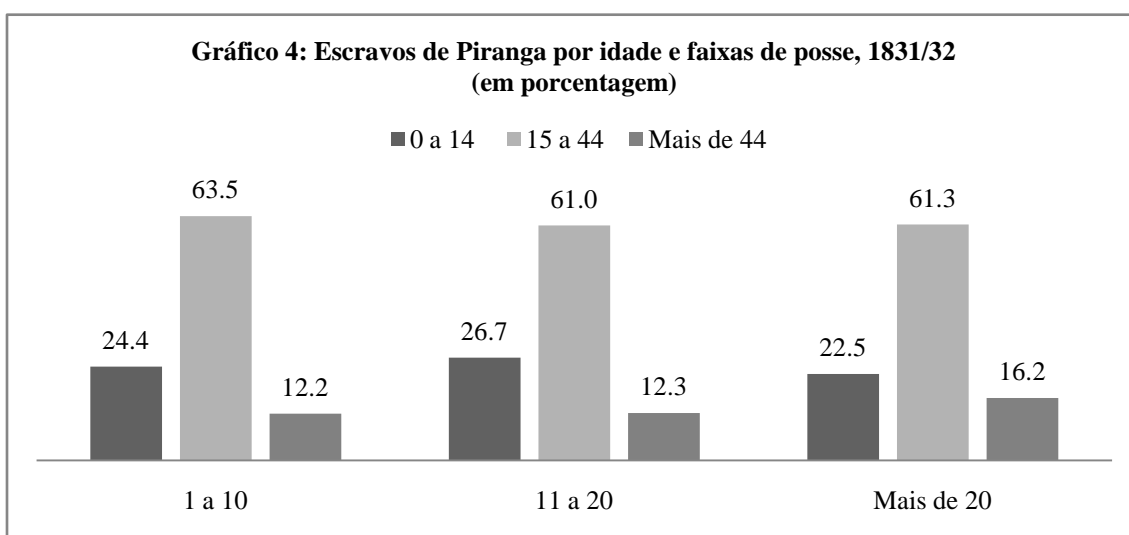
²¹ Sobre a indústria têxtil doméstica oitocentista de Minas Gerais, conferir: LIBBY, D. C. Indústria têxtil: produção doméstica e produção fabril. In: *Transformação e trabalho em uma economia escravista...*, p. 186-256.

²² Paiva e Libby haviam chamando a atenção para esta discussão, invertendo a questão da influência do tamanho das posses nos padrões de reprodução. Dizem os autores: “Deve-se notar, no entanto, que a literatura relevante não tem considerado o fato de que, inversamente, a reprodução influenciava o

Assim sendo, nos deparamos com uma escravaria que detinha condições manutenção e ampliação de sua população através da reprodução natural. Casos como este nos fazem pensar que a população escrava piranguense se encaminhava em direção a um maior equilíbrio, pois muitas escravarias locais detinham condições similares às que apresentamos, favorecendo o crescimento da população jovem em detrimento das cada vez menores entradas de cativos trazidos do além-mar.²³

Os dados apresentados a seguir (Gráfico 4), remetem à divisão etária da população escrava piranguense em relação à posse. São três grandes faixas de posse relacionadas às três grandes faixas etárias. Os elementos mais evidentes desta tabela dizem respeito ao enorme equilíbrio percentual das idades entre os distintos grupos de posse apontando para a inexistência, neste momento, de estratégias diferenciadas de manutenção das escravarias em relação às faixas de posse.

O que se percebe na análise do Gráfico 4 é, novamente, a baixa incidência de crianças no cômputo geral das escravarias, em qualquer faixa de posse, todas na casa dos 20%. Os escravos em idade produtiva também não variam significativamente em relação à posse, perfazendo cerca de 60% das escravarias piranguenses. Percebemos uma alta incidência de idosos nas três faixas; mas principalmente nas grandes posses, com mais de 20 escravos, este grupo se destaca com 16,2% dos cativos acima dos 44 anos de idade.



Fonte: Listas Nominativas 1831/32

Voltando à análise das crianças em relação aos três distintos grupos, notamos que as variações percentuais são pequenas e não significativas o suficiente para que possamos definir padrões de conduta diferenciados para senhores ou escravos em cada

tamanho das posses”. PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX..., p. 221. Esta é uma questão que consideramos importante e que deve ser mais explorada, a partir de casos como o trabalhado acima.

²³ Também é necessário salientar que situações opostas a estas ocorreram. No distrito de Guarapiranga, o Alferes Francisco Coelho Duarte, branco de 40 anos, casado com Francisca Candida de Lima, branca de 18 anos, possuía 35 escravos. Destes, cerca de dois terços eram africanos (23 escravos) e o restante dos escravos era nativo. Dos escravos africanos, apenas dois eram mulheres, revelando o grande desequilíbrio sexual advindo do tráfico. Por outro lado, dos doze escravos brasileiros, nove eram mulheres. Tendo como estratégia a compra de escravas brasileiras, este aspecto pode revelar o esforço do proprietário em buscar a manutenção de sua escravaria através da reprodução natural no futuro. Lista Nominativa de Habitantes de 1831/32, Freguesia de Guarapiranga, Distrito de Guarapiranga, Quarteirão 1, Fogo número 2.

faixa. As posses médias (11 a 20 escravos) eram as que mais possuíam crianças, 26,7% do total de cativos. Mesmo tendo a maior porcentagem de crianças entre os diferentes tamanhos de posse, ainda são poucas crianças para indicar crescimento natural da população.

Paiva e Libby, analisando as regiões de Paracatu e Oeste Mineiro, nos mostram uma população escrava melhor direcionada à reprodução positiva. Sem diferenciar brasileiros e africanos, entre as cinco faixas de posse consideradas, apenas a faixa de 1 a 4 escravos detinha menos de 30% de crianças. Todas as outras estavam acima deste percentual, sendo que as duas maiores faixas (20-29 e 30 ou mais) possuíam cerca de 39%, indicando para estas regiões, que quanto maior a escravaria, maiores as chances de crescimento natural.²⁴

Por sua vez, a população escrava do Paraná, em datas próximas à trabalhada, possuía altos índices de crianças, sem diferenciação por tamanho de posse. Para os anos de 1824 e 1836, Horácio Gutiérrez encontra, respectivamente, 39,6% e 37% de cativos com até 15 anos de idade. No outro extremo, os idosos nas duas datas pesquisadas compõem somente 6,6% da população. Desta forma, o autor analisa uma população extremamente jovem e equilibrada.²⁵

Para a região de Piranga, entretanto, como indicamos anteriormente, a incidência de africanos adultos teve papel preponderante na conformação etária deste período, já que os dados para os brasileiros demonstram uma população mais equilibrada e direcionada à sua manutenção por via natural. Entre os escravos brasileiros, da mesma forma que entre a população total, as médias posses continuam tendo predomínio na quantidade de crianças. Escravarias com até 10 cativos possuíam 34,2% de crianças; de 11 a 20 escravos, 36,3%; e com mais de vinte, 34,7%.

Mesmo tendo como referência somente os cativos nascidos no Brasil, percebemos que o tamanho da posse, de maneira geral, ainda não estava influenciando os padrões de composição das escravarias, por conta da proximidade dos percentuais de crianças nas três faixas estudadas.

Outro ponto importante no estudo sobre reprodução é o referente à razão criança/mulher, pois este índice pode apresentar um panorama da capacidade fértil da população escrava piranguense.²⁶ Fizemos o cálculo para a população escrava presente na Lista Nominativa de 1831/32. Para crianças de zero a quatro anos, encontramos uma razão de 287; já para crianças de zero a nove anos, encontramos 586 crianças para cada mil mulheres escravas.

Como base de comparação, citemos o trabalho de Francisco Luna e Hebert Klein, ao estudarem as características demográficas de senhores e escravos na província de São Paulo em 1829. Utilizando o mesmo padrão de cálculo, na média de três localidades (Itu, Mogi das Cruzes e São Paulo), os autores encontraram uma razão de 292 para crianças de zero a quatro anos, e de 560 para crianças de zero a nove anos. Dados estes muito próximos dos encontrados para Piranga. Entretanto, a participação de africanos na população passava dos 50%; além de cada uma das localidades terem suas peculiaridades econômicas.²⁷

²⁴ PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX..., p. 223.

²⁵ GUTIÉRREZ, H. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora..., p. 305.

²⁶ A razão criança/mulher é a relação entre o número de crianças de 0 a 4 ou 0 a 9 anos por 1000 mulheres em idade fértil, ou seja, de 15 a 44 ou 15 a 49 anos. A razão é expressa da seguinte forma: número de crianças dividido pelo número de mulheres multiplicado por mil. $RCM = (C/M) \times 1000$.

²⁷ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Escravos e Senhores no Brasil no Início do Século XIX: São Paulo em 1829. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais...*, p. 313.

Os mesmo autores considerados também trabalharam com dados relativos à província mineira no início da década de 1830, em um estudo comparativo com São Paulo. Para nossa surpresa, Luna e Klein se depararam com índices muito superiores aos encontrados para a região de Piranga. A pesquisa, que coletou dados de diversos distritos, indicou que os escravos de Minas possuíam uma razão criança/mulher de 625 e 989, tendo como base, respectivamente, crianças de zero a quatro anos e zero a nove anos.²⁸

Assim sendo, nos deparamos com um baixo índice de fertilidade para nossa região, tanto no que diz respeito à razão criança/mulher localmente, quanto em comparação com a província mineira. Se a fonte nos desse a possibilidade de distinguir as crianças nascidas de pais africanos e pais brasileiros, poderíamos ter uma melhor noção do potencial de reprodução dos escravos nativos.

Tendo em vista todos os dados de 1831/32 analisados, podemos afirmar que a população escrava piranguense, tomada em seu conjunto, estava impossibilitada de se reproduzir positivamente na primeira metade do século. A causa primordial sendo a relativa desproporção sexual, intensificada pela presença do elemento africano, relacionada à predominância de adultos e conjugada com uma significativa presença de idosos. Entretanto, devemos salientar que existia potencial para o crescimento vegetativo dos escravos nascidos no Brasil, mas este potencial necessitava de condições para crescer. Com a proibição do tráfico e a interrupção na entrada de africanos, veremos isto acontecer.

A segunda metade do século e o crescimento dos índices de reprodução

Nesta etapa, faremos a análise dos dados etários relativos à segunda metade do século XIX. Tendo como fonte os inventários *post-mortem*, encontramos a idade de 2051 dos 2270 escravos arrolados nos documentos pesquisados. Voltando nossa atenção para a Tabela 1, podemos visualizar o conjunto destes escravos distribuídos por origem, sexo e grandes faixas etárias, entre os anos de 1850 e 1888.

Como mostrado em outra oportunidade, na segunda metade do Oitocentos a concentração de posse na região de Piranga se torna cada vez mais acentuada.²⁹ Acreditamos que este aspecto se deveu, em grande parte, ao aumento dos nascimentos nas posses médias e grandes. Além disso, é provável que boa parte dos pequenos proprietários tenha transferido seus escravos para senhores com mais recursos, já que propriedades com até cinco escravos caíram de 65% em 1831/32 para 35% na década de 1850. Enfim, tentaremos demonstrar a influência da reprodução natural dos escravos na manutenção do sistema em um período caracterizado pelo fim do tráfico internacional.

De início, vejamos o Gráfico 5, que mostra a pirâmide etária dos escravos de Piranga desde 1850 até a abolição da escravidão. Diferentemente da distribuição etária do início da década de 1830, amplamente desigual, com predominância de homens adultos e baixa incidência de crianças em ambos os sexos, vemos nesta pirâmide uma conformação bem diferente para a população escrava piranguense.

Neste gráfico, percebemos uma população mais equilibrada sexualmente, apesar de ainda estar longe do padrão ideal. Nota-se, entre as mulheres, uma grande regularidade etária na pirâmide, com destaque para a alta natalidade do grupo, sendo que as meninas com até quatro anos conformam 7,6% da população total, a maior

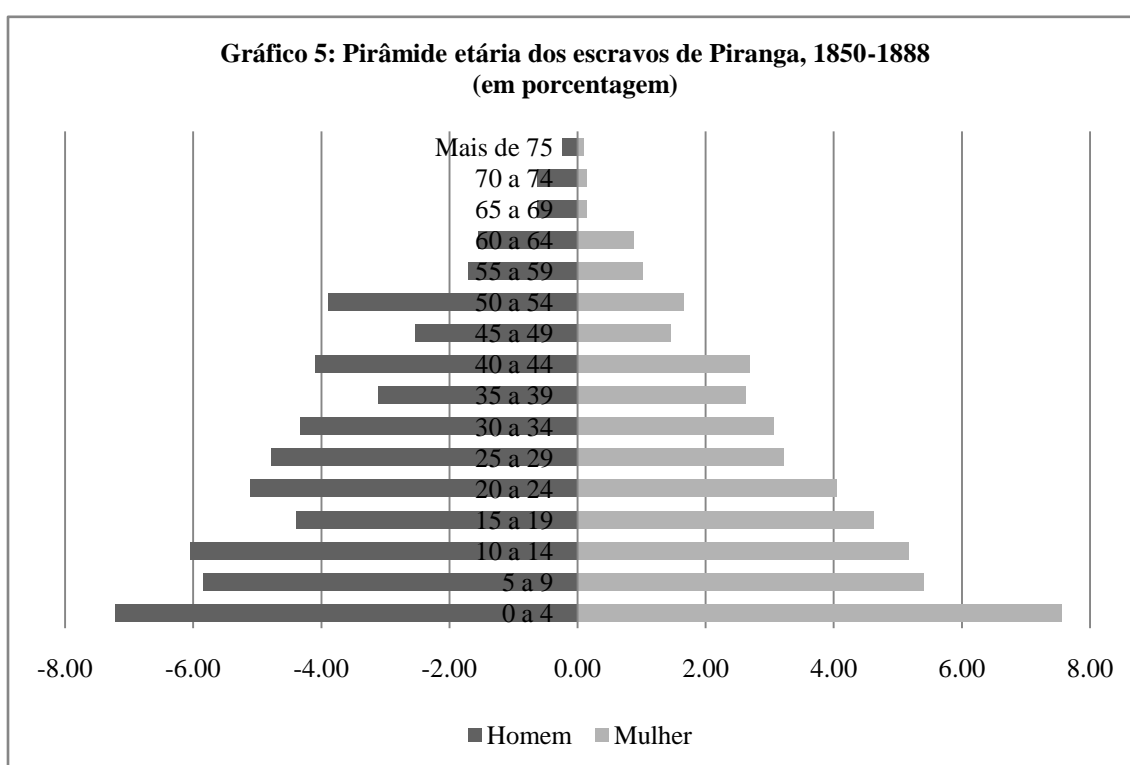
²⁸ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais...*, p. 215.

²⁹ SILVA, Guilherme A. N. *Os laços da escravidão...*, p. 66-91.

participação para todas as faixas, em ambos os sexos. Os homens com até quatro anos também se destacam na pirâmide, conformando 7,2% do total. Juntas, crianças de até quatro anos são quase 15%. E crianças até quatorze anos passam dos 37% dos escravos.

Entre os homens, notamos alguns desequilíbrios, com algumas faixas etárias se sobressaindo em relação às demais. Principalmente as faixas de 40 a 44 anos e de 50 a 54 anos, cada uma com cerca 4% da população escrava total, são muito discrepantes em relação às demais. O que percebemos aqui são resquícios do tráfico internacional, pois estes dois grupos de escravos possuíam, respectivamente, 42% e 48% de africanos em seu interior.

Salientamos que em 1831/32 a escravaria da região possuía 37% de africanos. Já na segunda metade do século, esta participação cai para 13%. São estes escravos que, apesar de terem uma participação relativamente pequena, influenciam a pirâmide etária a ponto de alterá-la em favor do sexo masculino, já que 81% dos africanos eram homens.



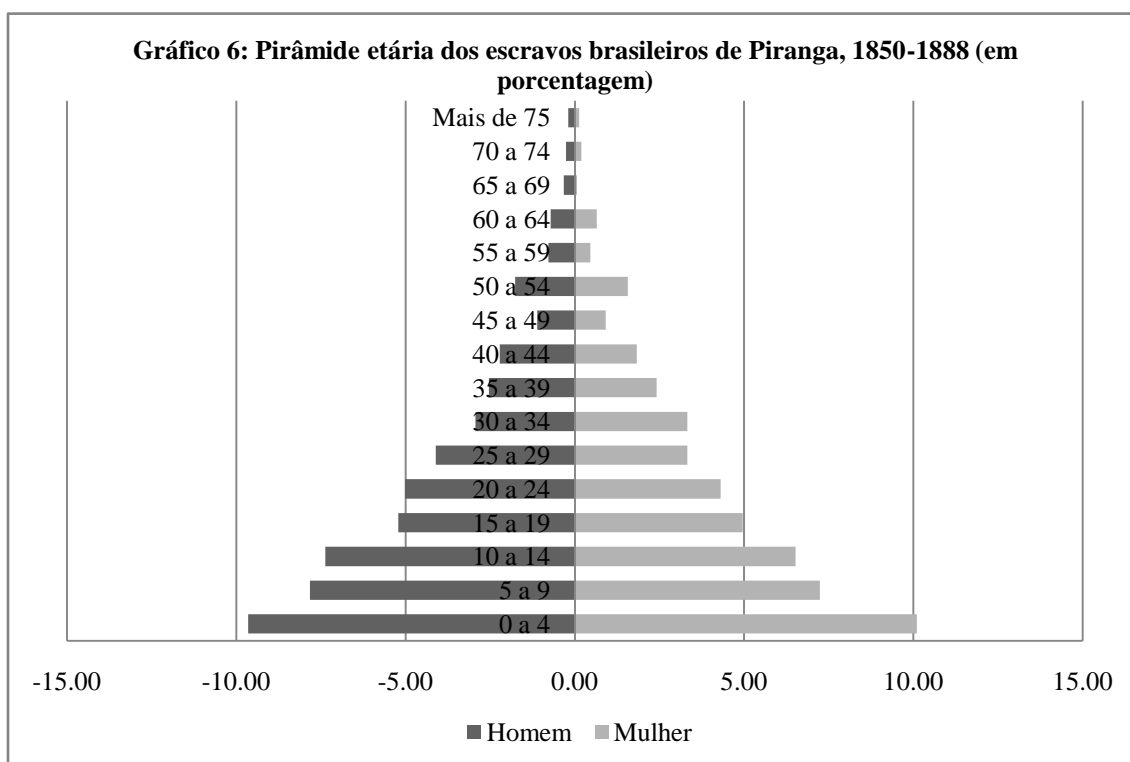
Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

A título de comparação, no Gráfico 6 podemos visualizar a pirâmide etária dos escravos brasileiros encontrados nos inventários. Seguindo a mesma composição da anterior, esta pirâmide contempla todos os cativos brasileiros entre os anos de 1850 e 1888. Entretanto, de forma distinta do que foi demonstrado na pirâmide anterior, encontramos uma população escrava com uma estrutura etária completamente equilibrada.

Embora os homens tenham uma participação ligeiramente superior à das mulheres, notamos um grande equilíbrio entre os sexos, em todas as faixas etárias. Além do equilíbrio sexual, os escravos brasileiros de Piranga também possuíam uma ótima distribuição etária, compondo uma pirâmide com poucos distúrbios. Como

exemplo de uma destas alterações, citamos a ligeira superioridade numérica de homens e mulheres entre 50 e 54 anos de idade em relação à faixa etária imediatamente anterior.

No Gráfico 6 percebemos claramente a importância das crianças na composição da escravaria brasileira de Piranga. Como grande exemplo, encontramos os escravos de 0 a 4 anos perfazendo quase 20% do total. Se somarmos todas as crianças de 0 a 14 anos, temos impressionantes 48,7% dos escravos. Ou seja, quase a metade de todos os escravos brasileiros da região, no espaço de quatro décadas, tinha no máximo quatorze anos de vida. Números que demonstram a capacidade reprodutiva dos escravos piranguenses após a proibição do tráfico de africanos para o Brasil.

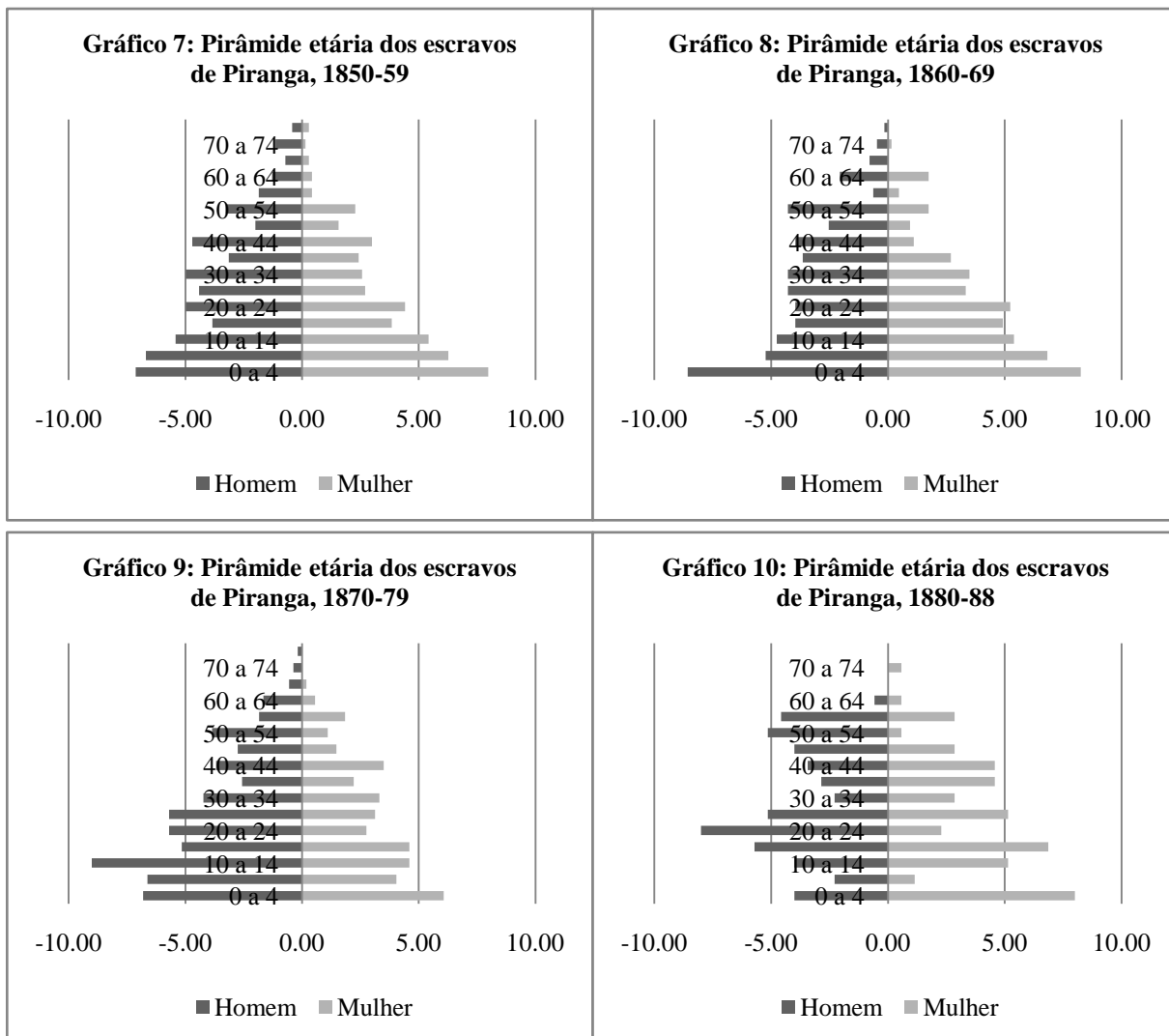


Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Completando a composição etária presente na pirâmide, os adultos (15 a 44 anos) representam 42,2% dos escravos e os idosos (mais de 44 anos), são 9,1%. Ou seja, estamos diante de uma população com divisão etária e sexual compatível com populações capazes de se manter naturalmente. Mesmo que a amostra documental tenha seus limites, a partir de dados como estes podemos sugerir que a população escrava de Piranga possuía uma taxa de reprodução natural capaz de manter estáveis as escravarias.

É necessário salientar que estamos analisando a idade dos escravos a partir de uma perspectiva temporal longa, com dados que englobam as quatro décadas analisadas. Isto pode distorcer as conclusões, apesar de estarmos trabalhando desta forma para mostrar a tendência de mudança trazida após a proibição do tráfico. Deste modo, iremos analisar a seguir estes mesmos dados década a década, para que possamos compreender o desenvolvimento etário da população escrava da região.

Nos gráficos 7, 8, 9 e 10 estão expostas as pirâmides etárias das quatro décadas da segunda metade do século XIX. Aqui, voltamos a expor os escravos em conjunto, sem separá-los por origem.



Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Em oposição às duas pirâmides que englobam os escravos de 1850 a 1888 (Gráficos 5 e 6), que possuem uma boa distribuição etária, percebemos na distribuição por décadas uma grande discrepância entre as pirâmides. No nível interno, da mesma forma, não existe uma estrutura piramidal perfeita, refletida em degraus muito irregulares em determinadas décadas.

Apesar de demonstrar irregulares em seus degraus, os gráficos 7, 8 e 9 indicam uma população escrava com alto índice de natalidade. Nestas três pirâmides, o número de crianças com até quatorze anos chegam à beira dos 40%. Entre 1850-59 e 1860-69, existem cerca de 39% de crianças na população escrava piranguense. Já para 1870-79, esse índice é de 37%.

Destaque para os escravos com até quatro anos de idade das décadas de 1850 e 1860 (Gráficos 7 e 8), que se sobressaem percentualmente em relação às outras faixas etárias, compondo 15,1% dos cativos da primeira década e 16,8% na segunda década listada, aumento que pode indicar um maior incentivo dos senhores em relação à natalidade de suas posses.

A escravaria de Jose Gonçalves Gomide³⁰ exemplifica bem esta situação. Este senhor possuía doze escravos em seu poder em 1854, no distrito de Calambau. Sua escravaria se conformava em uma divisão sexual igualitária, seis homens e seis mulheres. O que chama a atenção é o fato de que somente quatro destes escravos eram adultos, três homens e apenas uma mulher. Esta era mãe declarada de duas das oito crianças presentes no inventário. Embora cinco tenham quatro anos ou menos, não temos informações sobre os pais destas crianças. Vendidas ou falecidas, as mães destas crianças foram responsáveis por altos índices de natalidade dentro desta escravaria, demonstrando que mesmo pequenas escravarias poderiam crescer com base apenas na reprodução natural dos cativos.

Com 12,9% de crianças até quatro anos na década de 1870 (Gráfico 9), esta diminuição pode ser explicada, em partes, pela implantação da lei do Ventre Livre no ano de 1871, medida que pode ter causado uma diminuição das crianças nas escravarias, que não no dia a dia das fazendas, pelo menos através dos registros oficiais.³¹ A grande participação de crianças de dez a quatorze anos nesta década também pode ser indicativo desta situação. Com este grupo se destacando de todos os grupos etários da pirâmide, podemos inferir sobre uma possível mudança proposital de idade das crianças ingênuas, para que fossem arroladas como escravas.³²

A década de 1880 (Gráfico 10) é uma exceção em relação às anteriores. Na pirâmide, observamos uma população totalmente desequilibrada, tanto na questão etária quanto na divisão sexual. As crianças (incluídos os ingênuos arrolados) compõem apenas 24,6% dos escravos, com destaque para as meninas com até quatro anos de idade, que conformam 8% da população. Por outro lado, os meninos com a mesma faixa etária somam apenas 4% da escravaria.

Deste modo, podemos afirmar que os dados sobre a década de 1880, apesar de fiéis aos registros oficiais, não informam demograficamente sobre a situação dos negros, crioulos e pardos piranguenses, que enfrentavam no período de desagregação do escravismo brasileiro, um esvaziamento das propriedades, causados, em grande medida, por alforrias e vendas para outras propriedades.

Mudando o foco para os números dos adultos, Piranga possuía uma população escrava com um alto índice de envelhecimento. Os escravos com mais de 44 anos estão acima dos 16% nas décadas de 1850, 1860 e 1870. Em 1880, chegam a 21,7% dos escravos piranguenses remanescentes.

Em relação à distribuição sexual, não encontramos nas amostras um índice ideal, tendo a população masculina uma maior participação. Entretanto, esta superioridade numérica masculina tem seu ápice na década de 1870, com 60,6% de homens na amostra. Nas outras décadas, os índices se aproximam da igualdade entre os sexos. A

³⁰ AFP, Inventário *post-mortem* de José Gonçalves Gomide, 1854, caixa 425.

³¹ Mirian Moura Lott defende que a diminuição aguda da fecundidade das mulheres cativas na década de 1870 se deu como parte de uma reação dos escravos à Lei do Ventre Livre, e à percepção pelos mesmos de que a emancipação final estava muito próxima. Cf.: LOTT, Miriam M. *Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade*. Ouro Preto: população, família e sociedade 1838-1897. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

³² Ressaltamos nossa opção metodológica por incluir os escravos ingênuos arrolados nos inventários na análise do total de escravos da região. Como percebemos na análise das fontes, as crianças nascidas de ventre livre muitas vezes eram inseridas e avaliadas nas descrições de bens e partilhadas em seguida. Desta forma, encontramos 81 ingênuos nos inventários das décadas de 1870 e 1880 e decidimos por incluí-los em todas as análises sobre a população escrava. Entretanto, esta situação não nos faz descartar a possibilidade de que inventariantes ou escrivães tenham evitado a inclusão de crianças ingênuas em processos, seguindo a lei que as considerava pessoas livres de nascimento. Cf.: SILVA, Guilherme A. N. *Os laços da escravidão...*

década de 1850 tem 56% de homens, na de 1860 há uma aproximação, com 53,6% de homens e a última década se encerra com somente 52% de escravos do sexo masculino.

A partir da análise das quatro pirâmides, podemos concluir que as duas primeiras décadas da segunda metade do Oitocentos estiveram próximas de conseguirem um nível de reprodução natural compatível com populações livres, na medida em que apresentaram a participação da população jovem perto dos 40%, apesar de ainda terem no grupo de africanos uma importante parcela dos homens escravos.³³

A escravaria do Capitão José Ferreira da Silva³⁴ é um exemplo desta alta incidência de jovens. Morador do distrito de Tapera e casado com Dona Cândida Leocadia de Souza Guerra, este senhor detinha no momento de sua morte em 1857, a posse de dezessete escravos, entre africanos e brasileiros. Dos dez cativos homens, cinco eram africanos (todos acima dos 45 anos), três crioulos (entre eles, Sebastião Crioulo de 12 anos) e dois pardos. Dentre as sete mulheres, apenas uma era africana (45 anos); as outras seis eram brasileiras crioulas e pardas, sendo que a mais velha tinha apenas dezesseis anos.

Assim sendo, seis dos dezessete escravos de José Ferreira tinham no máximo 12 anos de idade, revelando uma escravaria jovem, com alto potencial reprodutivo. O grupo de idosos era formado apenas por africanos e todos os adultos eram brasileiros, quatro homens e um mulher.

Nas quatro décadas analisadas, existia uma ligeira predominância de homens, sintoma da presença dos africanos na população. Se considerássemos apenas a população nativa da década de 1850, encontraríamos 306 homens e 309 mulheres, grupo altamente equilibrado, com predominância das mulheres. Considerando apenas a população brasileira com idade descrita, teríamos 47% de escravos com até quatorze anos de idade nesta mesma década. Desta forma, através da análise destes dados, podemos entrar em contato com uma população escrava nascida no Brasil altamente jovem e com totais condições de se manter através da reprodução natural.

Uma propriedade que nos dá chances de conhecer as possibilidades de reprodução natural em determinadas escravarias é a Joaquim Alves Gesteira,³⁵ morador do distrito de São José do Chopotó e dono de quatorze escravos em 1872. Como em vários outros casos, Gesteira tinha em seu poder uma escravaria sexualmente equilibrada, com sete pessoas de cada gênero. Na década de 1870, os africanos já eram minoria e aqui só estão representados por um homem de nome Lino de Nação, 45 anos.

Em relação ao total dos escravos da propriedade, encontramos uma população predominantemente adulta, com nove destes entre os 15 e 44 anos de idade, sendo cinco mulheres e quatro homens. Entretanto, cinco destes têm entre 15 e 25 anos. As crianças são apenas quatro dos quatorze escravos, dois homens e duas mulheres de 6 a 14 anos. Em conjunto, os dois grupos contribuem para uma população com baixa idade média, de 23,7 anos. Como a escrava mais jovem do grupo tem seis anos de idade, acreditamos que a escravaria tenha vivido um período de grande fertilidade, revelada em sua população jovem. Entretanto fase já teria chegado ao fim, pois cinco escravos já estavam na casa dos quarenta anos de idade.

Podemos supor que a presença de uma escravaria extremamente jovem em Piranga, num período de alta de preços dos escravos e aumento dos custos de manutenção dos mesmos, tenha sido fruto, em partes, do incentivo à reprodução natural

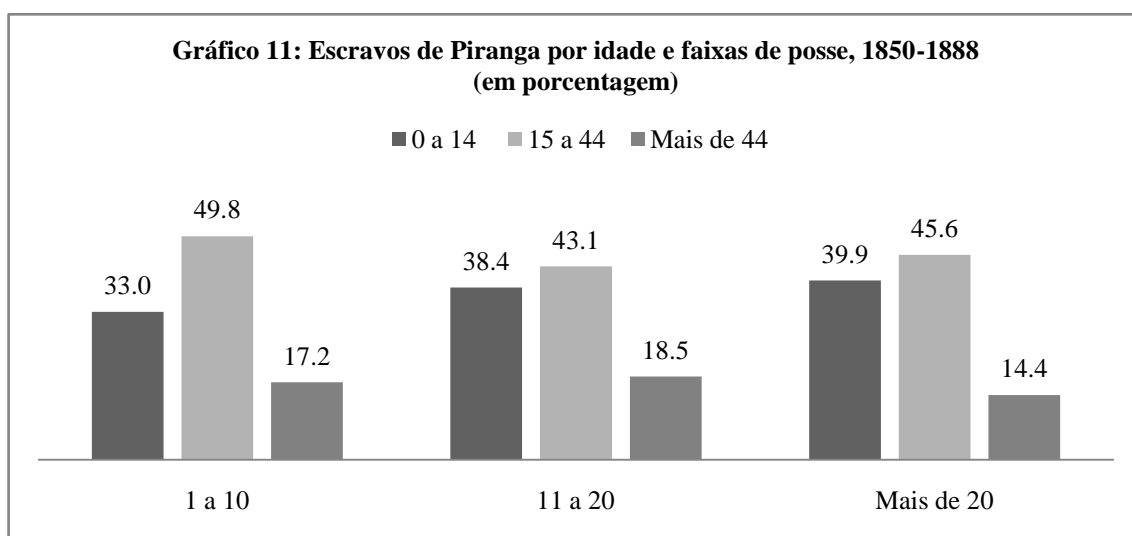
³³ Na década de 1850, os africanos conformavam 18,5% do total de escravos, enquanto que na década seguinte esta porcentagem era de 15,1%. A grande maioria deste grupo era formada por homens adultos, com ligeira predominância de idosos na década de 1860.

³⁴ AFP, Inventário *post-mortem* de José Ferreira da Silva, 1857, caixa 249.

³⁵ AFP, Inventário *post-mortem* de Joaquim Alves Gesteira, 1872, caixa 19.

dos escravos duas décadas antes, quando os escravos mais velhos de Gesteira estavam no auge da fertilidade. Pela estabilidade da escravaria por ocasião da morte de Joaquim temos condições de afirmar que sua política deu certo. E continuaria funcionando, se não dependesse da aplicação da lei do Ventre Livre a partir do ano de sua morte.

Desta forma, acreditamos que os senhores tinham papel importante no crescimento vegetativo da população escrava, na medida em que consideravam a reprodução natural como estratégia de manutenção e crescimento de suas posses. Por outro lado, o tamanho das escravarias de cada senhor também poderia influir na reprodução natural. Em relação às faixas de posse de escravos dos senhores piranguenses, é possível encontrar ligações entre tamanho de posse e reprodução natural.



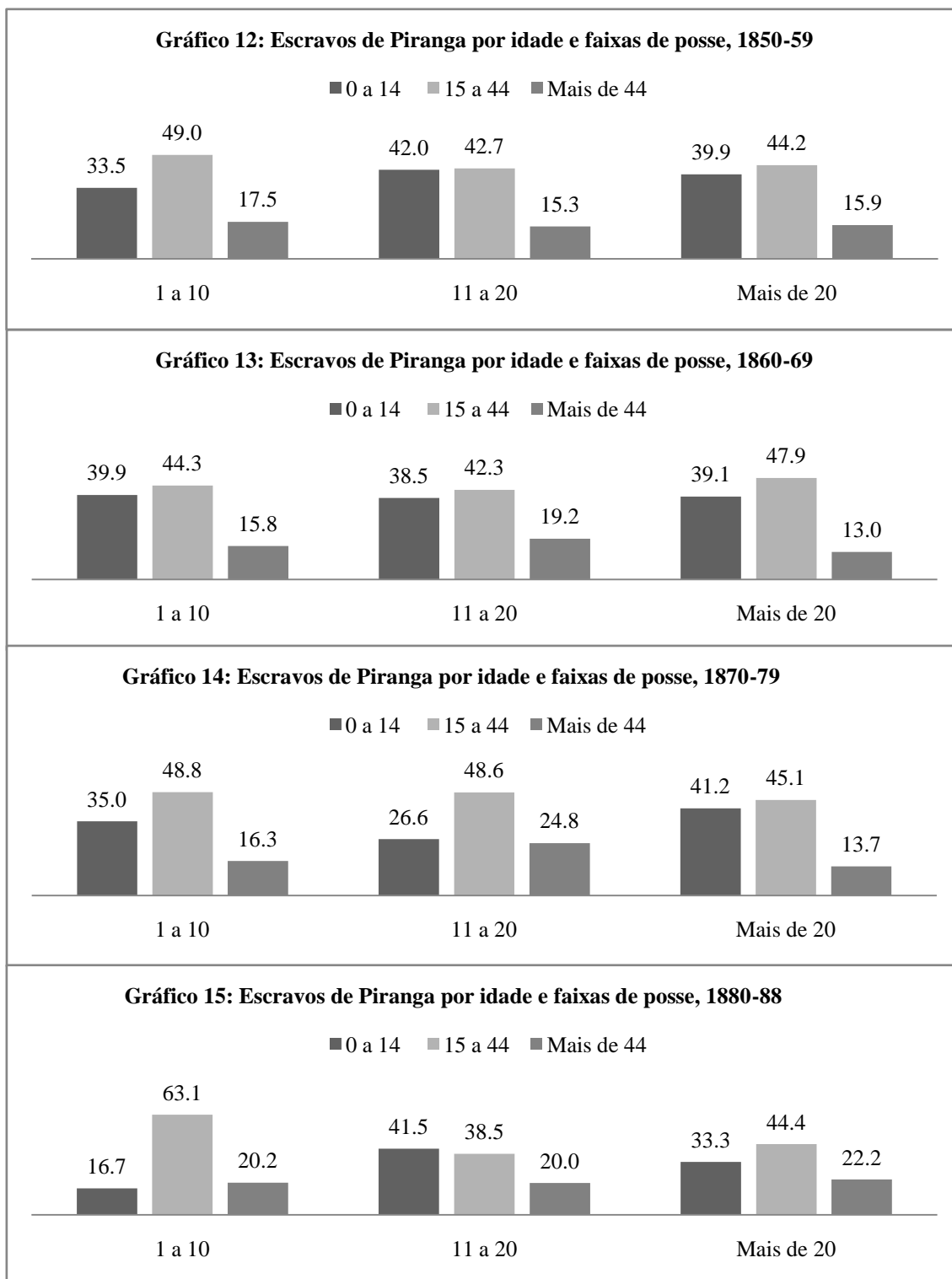
Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Podemos visualizar este aspecto através do Gráfico 11, no qual está disposta a divisão dos escravos de Piranga nas três grandes faixas de posse e principais faixas etárias, englobando toda a segunda metade do século XIX. Desta forma, o aspecto mais importante a ser salientado se refere às porcentagens de escravos com até quatorze anos em cada uma das três faixas de posse. Há um crescimento progressivo das crianças em relação às posses. De 33% de crianças nas propriedades com até dez escravos, temos pouco mais de 38% nas posses médias e quase 40% delas nas posses com mais de vinte. Este dado demonstra a relação lógica entre posse e reprodução: quanto mais escravos em uma propriedade, maiores as chances de se obter crescimento vegetativo.

Além disso, percebemos a mais alta incidência de adultos nas pequenas posses (49,8%), consequência das condições menos propícias de natalidade entre os escravos e a menor taxa de idosos nas grandes posses (14,4%), justamente com conta de seu maior investimento na manutenção natural das escravarias.

Nos gráficos 12, 13, 14 e 15, estão expostos os dados das idades dos escravos por faixas de posse nas últimas quatro décadas do escravismo no Brasil. Da mesma forma que foi feito com as pirâmides, mostramos aqui a divisão etária dos escravos em cada uma das faixas de posse. O ponto que mais chama a atenção em uma primeira leitura é a equiparação entre crianças e adultos nas propriedades médias da década de 1850 (Gráfico 12). Cada um destes dois grupos está representado com 42% do total de escravos e os idosos somam pouco mais de 15%. Na década de 1880, nesta mesma faixa

de posse, o grupo das crianças, com uma porcentagem similar à da década de 1850, ultrapassa o número de adultos do grupo (Gráfico 15).



Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Nenhuma das décadas segue um padrão demográfico no que diz respeito à idade nas diferentes posses. Entretanto, nos deparamos com somente dois casos em que a porcentagem de crianças está abaixo da casa dos 30%: nas posses de 11 a 20 escravos

da década de 1870 e nas posses com até dez escravos da década subsequente. De resto, encontramos escravarias que rondam os 40% de crianças em sete dos doze itens expostos, com três se posicionado acima desta porcentagem.

O que se pode concluir a partir da leitura destes dados é que a participação de escravos com até quatorze anos foi significativa em quase todas as faixas de posse do período abarcado. No geral, as propriedades com até dez escravos se mostraram menos capazes de gerar crianças, apesar de manter um nível elevado até a chegada do último decênio escravista. As posses médias oscilaram no decorrer do tempo, revelando uma significativa baixa de crianças nos anos setenta do século em foco. E as maiores posses demonstraram a importância dos grandes contingentes na manutenção do sistema através da reprodução natural mantendo uma elevada porcentagem de jovens e as menores taxas de idosos em todo o período.

Por fim, o último elemento que oferece suporte a nossa argumentação advém do cálculo da razão criança/mulher a partir dos dados provenientes dos inventários. A Tabela 6 nos fornece duas variáveis deste cálculo, com crianças de 0 a 4 anos em relação às mulheres de 15 a 44 anos e com crianças de 0 a 9 anos em relação às mulheres de 15 a 49 anos. Utilizando todos os escravos com idade e sexo descritos, dividimos a análise pelas quatro décadas de estudo.

Nas duas variáveis notamos uma presença expressiva de crianças em relação às escravas em idade fértil de Piranga. Em comparação com a Lista Nominativa, há um grande avanço no que diz respeito à natalidade na região. No índice com crianças até quatro anos, em 1831/32 nasciam 287 crianças a cada mil mulheres. Já para a segunda metade do século, este índice quase triplica. Na década de 1850 o índice é de 797, chegando a 809 no período posterior. Nas duas últimas décadas de escravidão, há uma diminuição da razão (679 e 673), mas ainda assim revelando bons índices de fertilidade nas escravarias.

A coluna com crianças até nove anos continua igualmente promissora. A década de 1850 se caracteriza como a de maior natalidade entre todos os períodos, com 1368 crianças para cada mil mulheres. Os anos sessenta também apresentam mulheres com alto índice de natalidade, já que a razão ficou acima de 1328. As duas últimas décadas apresentam uma diminuição brusca de seus índices, seguramente por conta da implantação da lei do Ventre Livre, que excluía várias crianças das contagens oficiais.

Tabela 6: Razão criança/mulher dos escravos de Piranga, 1850-1888		
	0 a 4	0 a 9
1850-59	797,0	1368,1
1860-69	809,2	1328,5
1870-79	679,3	1140,4
1880-88	673,9	725,5
Total	757,2	1224,2

Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Percebemos, desta forma, a diminuição progressiva da razão de crianças no decorrer das décadas enfocadas, apesar dos dados trabalhados ainda serem contundentes em favor da hipótese de crescimento endógeno da população escrava. As características peculiares da escravidão brasileira na segunda metade do Oitocentos, momento no qual o sistema perde força a cada ano, podem explicar a diminuição da razão criança/mulher em Piranga, pois as concessões de alforrias aumentavam gradativamente e a partir da vigência da Lei do Ventre Livre as crianças nascidas de escravas deixaram de ser contabilizadas nas escravarias.

Após esta discussão sobre idade de escravos e possibilidades de reprodução natural, acreditamos que contribuímos de maneira efetiva para a melhor compreensão da escravidão e história de Piranga como um todo. Existem muitas variáveis demográficas a serem analisadas no sentido de melhor compreendermos as dinâmicas populacionais da localidade. Entretanto, através do que apresentamos neste artigo, baseados em ampla análise dos dados das Listas Nominativas e inventários *post-mortem*, podemos afirmar que as escravarias de Piranga possuíam uma grande capacidade de se reproduzir naturalmente, principalmente na segunda metade do século XIX.

Conclusão

Pequena cidade mineira, atualmente Piranga passa despercebida pela grande maioria da população do estado de Minas Gerais. Historiograficamente, para os séculos XVIII e XIX, a freguesia de Guarapiranga/Vila de Piranga era desconhecida até pouco tempo atrás. Esta situação está mudando com a emergência de estudos diversificados sobre a região, no que diz respeito principalmente à História social e da família. Entretanto, a escravidão ainda é tema pouco explorado, assim como pesquisas que abarquem a segunda metade do Oitocentos. Esta pesquisa tenta, em parte, suprir esta lacuna e contribuir para uma melhor compreensão da História de Piranga e da escravidão no século XIX.

A reprodução natural dos escravos foi o tema explorado, a partir do qual procuramos por indícios de manutenção das escravarias através de processos endógenos, analisando principalmente os dados sobre idade dos escravos presentes na documentação. Na segunda metade do século, as crianças escravas com até 14 anos de idade chegavam a conformar quase 40% do total da escravaria regional. As grandes escravarias forneciam mais chances de reprodução natural, já que mais escravos se relacionavam. Também a análise da razão criança/mulher demonstra que em alguns períodos houve grande natalidade entre as escravas piranguenses. Assim, acreditamos que Piranga tinha uma população escrava com condições, se não de se reproduzir positivamente como a população livre, pelo menos de se manter estável através dos inúmeros nascimentos.

Desta forma, através da análise predominantemente quantitativa de fontes muitas vezes inéditas de uma região e período também não trabalhados anteriormente, procuramos contribuir para o debate acerca da escravidão na província mineira no Oitocentos, no que diz respeito à reprodução natural dos cativos. Entretanto, outros pontos não abarcados neste trabalho, que possuem relação direta com o tema, merecem nossa atenção futura, como a formação de famílias escravas e seu acompanhamento através de gerações no cativeiro, numa análise qualitativa que compreenda o cruzamento de fontes diversas, a importância das relações de compadrio, tanto verticais quanto horizontais, na vida dos escravos e a relação entre alforrias e famílias escravas na efetivação de uma maior mobilidade social dos escravos no Brasil.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
BOTELHO, T. R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e Sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo, Annablume, 2007.

CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 499-509.

FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio R. [et al.]. *História quantitativa e serial no Brasil, um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

GUTIÉRREZ, H. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 1987

GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 161-88, 1988.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escravas nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 457-479.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Escravos e Senhores no Brasil no Início do Século XIX: São Paulo em 1829. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

LOTT, Miriam M. *Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade*. Ouro Preto: população, família e sociedade 1838-1897. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), jan-abr, 1983.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago 1995.

SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira*. Piranga, 1850-1888. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São João Del-Rei, 2014.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, pp. 449-495, set.-dez. 1888.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 2001.